

BCH-UFC

“FOME DE BRAÇOS” — QUESTÃO NACIONAL
Notas sobre o Trabalho livre no Nordeste no Século XIX.

Sylvia Porto Alegre

1. INTRODUÇÃO

Um dos aspectos centrais para o estudo da formação da classe trabalhadora no Brasil é a questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, que se iniciou por volta de 1830, com as proibições ao tráfico de africanos, culminou com a Abolição, e manteve seus efeitos residuais até aproximadamente a década de 1920.

Embora o modelo de base escravista, em seus fundamentos, tenha sido o mesmo para o conjunto da sociedade, aspectos como o potencial de oferta de força de trabalho não escravo, a escassez de mão-de-obra que se manifestou na prolapada questão da “fome de braços” do debate abolicionista, e as formas de incorporação do homem livre ao processo produtivo, nesse período, assumiram configurações diferentes em cada pólo sócio-econômico do país.

A região cafeeira, que representava o setor mais dinâmico da economia, efetuou a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre através da imigração maciça de colonos estrangeiros. No Nordeste do país, a mudança nas relações de produção se deu, principalmente, através do assim chamado “trabalhador nacional”. Tal foi o caso das culturas de cacau e fumo na Bahia, do surto da produção algodoeira no Ceará e da economia açucareira na Zona da Mata.

A questão do trabalho, no século XIX, esteve centrada no pólo cafeeiro que, constituindo o setor hegemônico da eco-

nomia, comandava as determinações básicas do processo, com o regime de colonato, a imigração estrangeira para o campo, subsidiada pelo Estado, a emergência do trabalho assalariado urbano e o surgimento do movimento sindical e político da classe operária. Em São Paulo, onde ocorreu o processo decisivo de constituição de relações capitalistas de produção, o trabalhador nacional permaneceu como reserva de força de trabalho, que somente seria permanente a partir de 1930. Essa reserva de trabalho, como se sabe, estava localizada em grande parte na região nordestina, que viria a se transformar na principal supridora de mão-de-obra para a indústria paulista.

É importante verificar, portanto, o que se passava no Nordeste, nesse período de transição, para que se possa compreender as condições em que essa população foi "liberada", sendo expulsa da própria região, por não lhe restar melhor alternativa, no momento em que finda a escravidão, que a de emigrar em busca de trabalho em outros pontos do país.

2. Declínio da Escravidão e Crescimento da População Livre

Em fins do século XVIII, os escravos constituíam cerca da metade da população da colônia e representavam, enquanto força de trabalho, quase toda a vida produtiva do país. Três quartos de século depois, às vésperas da Abolição, sua proporção no conjunto da população era de apenas 15,21 por cento. A população livre havia experimentado um forte crescimento nesse período e sua inserção no sistema produtivo tornou-se uma das questões mais polêmicas do período final da escravidão.

Constitui uma das mais notáveis contradições da história do trabalho no Brasil o fato de que se tenha instalado uma forte crise de mão-de-obra, em decorrência da escassez do braço escravo, em um período de grande crescimento da população livre, em sua grande maioria pobre e destituída.

De fato, houve uma grita constante dos grandes proprietários, e de seus representantes no poder, em todas as partes do país, em torno da chamada "fome de braços". Essa alegada falta de homens para o trabalho, que se intensificou a partir de 1850, foi um argumento permanente no debate abolicionista e imigrantista. A ela se atribuíam as crises econômicas, o encarecimento dos gêneros alimentícios, a escassez

de produção, a falta de alimentos nas cidades, as dificuldades da agricultura de exportação e outros entraves ao crescimento nacional.

Uma vez que as condições de trabalho e produção eram bastante heterogêneas em cada região do país, a unanimidade das classes produtoras em torno da escassez de mão-de-obra é um dado importante para a análise das relações e processos envolvidos em cada caso. Trata-se, em termos gerais, de compreender em que medida o declínio da escravidão afetou a vida produtiva em seus diferentes setores, e em que consistiu, exatamente, essa "fome de braços", para poder situar dentro de um quadro estrutural mais amplo, as questões específicas que interessam ao estudo das relações de trabalho nesse período.

O declínio do número de escravos em relação ao conjunto da população pode ser percebido a partir de 1830, quando começa a se alterar a correlação entre escravos e homens livres. No Nordeste, esse declínio se intensifica na década de 1850, com a suspensão definitiva do tráfico da África e a gradual transferência de cativos para as províncias do leste e do sul.

Os estudos sobre a escravidão no Brasil chamam atenção, entretanto, para o grande volume do tráfico na primeira metade do século XIX, apesar da intensa pressão do governo inglês, em sentido contrário. Para se ter uma idéia dessa proporção, basta citar o fato de que, do total de escravos vindos da África, que é estimado em torno de 3.600.000 para todo o período da escravidão, o número dos que chegaram entre 1800 e 1850 é de 1.350.000 e 1.600.000 (1). Algumas estimativas acham possível a entrada de um número maior de africanos, em torno de 5.000.000 para todo o período (2) e calcula-se que cerca de 1.200.000 tenham desembarcado nos portos brasileiros entre 1810 e 1860 (3).

Se essa população tivesse sido mantida dentro de taxas médias de reprodução natural, deveria haver cerca de três milhões de escravos no Brasil, por ocasião do primeiro censo

(1) Sobre o tráfico na primeira metade do século XIX ver: CURTIN, Philip D., *The Atlantic Slave Trade: A Census*, Madison, Wis., 1969. CONRAD, Robert Edgar, *Tumbeiros, O Tráfico de Escravos para o Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

(2) CONRAD, R. E., op. cit., p. 43.

(3) CURTIN, P.D., op. cit., pp. 216, 234.

oficial da população realizado em 1872. Contudo, registram-se, nessa ocasião, apenas 1.510.806 escravos. As duras condições do cativo foram responsáveis por altas taxas de mortalidade do escravo e por baixas taxas de natalidade. O desinteresse dos proprietários pela sobrevivência e reprodução de seus escravos e a preferência pela solução da importação contínua, vão se defrontar com momentos de ruptura e crises decisivas nesse período (4).

3. Correlação entre escravos e homens livres

Alguns dados acerca do total da população escrava e livre, no período que vai de 1798 a 1876, podem estabelecer um quadro de referências mais claro acerca do declínio da escravidão no conjunto da população brasileira no século XIX.

QUADRO I

População livre e escrava no Brasil - 1798 - 1876 (5)

Ano	Livres	Escravos	Total	% Escravos
1798	1.666.000	1.582.000	3.248.000	48,70
1817/18	1.887.900	1.930.000	3.817.900	50 55
1850	5.520.000	2.500.000	8.020.000	31,17
1876	8.419.672	1.510.806	9.930.478	15,21

- (4) Sobre as condições de vida dos escravos consultar: GORENDER, Jacob, *O Escravismo Colonial*, São Paulo, Ática, 1978. COSTA, Emília Viotti, *Da Monarquia à República, Momentos Decisivos*, São Paulo, Ciências Humanas, 1979. MATTOSO, Katia M. de Queirós, *Ser Escravo no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1981. CONRAD, R.E., *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- (5) Os índices de 1798 e 1817/18, foram extraídos de MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão, *A Escravidão no Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1866, 2.ª ed., São Paulo, 1944, vol. II, p. 197-198. Para o ano de 1850, as estimativas são do Senador Batista de Oliveira, cf. GORENDER, J., op. cit., p. 319. As cifras de 1876, as mais exatas, são dadas pela DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, *Relatório e Trabalhos Estatísticos de 1876*, Rio de Janeiro, Tip. Hipólito José Pinto, 1877.

Se no final do período colonial os escravos representavam aproximadamente metade da população, após 1830, com o encarecimento na compra do escravo e as crescentes barreiras ao tráfico africano, a população livre começa a suplantá-la a escrava. Uma memória estatística de 1823 (6) chega a dar uma estimativa de 3.960.866 habitantes, dos quais 2.813.351 livres e 1.147.515 escravos, ou seja, uma proporção de 28,97 por cento da população escravizada, cifra que parece demasiado reduzida, quando comparada à de 1850. Após essa data, o declínio é drástico. Já em 1864, de acordo com os cálculos de Perdígão Malheiros, a proporção de escravos havia caído para 16,73 por cento (7) e em 1876 para 15,21 por cento.

Apesar das restrições que devem ser feitas às estatísticas do tempo do Império, há evidências suficientes de que o número de escravos permaneceu relativamente igual durante a maior parte do século XIX, ao passo que houve um crescimento demográfico acentuado, para as condições da época, do conjunto da população, devendo-se esse crescimento ao aumento da população livre. Em 1876, o número de homens livres, é mais do que cinco vezes superior a 1798. No último quarto do século e após a abolição da escravidão, a expansão continua acentuada: o censo de 1900 indica um total de 16.626.991 habitantes (8), e que representa um aumento de 67 por cento em relação ao censo de 1872.

Contudo, o crescimento da população livre e o declínio de escravos não se deu de forma homogênea no país como um todo. Examinando-se as diversas províncias, isoladamente, há diferenças importantes, tanto no que diz respeito ao aumento da população como na correlação entre escravos e homens livres.

Comparando-se os anos de 1823 e 1876, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina registram as taxas mais altas de crescimento demográfico nas regiões leste e sul. No Nordeste, a população cresceu sobretudo no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, apresentando o Ceará a taxa mais

(6) ARARIPE, Tristão de Alencar, *Memória Estatística do Império do Brasil*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. LVIII, 1895, p. 91-99.

(7) MALHEIRO, Perdígão, op. cit., 197-198. O autor estima um total de 8.530.000 homens livres em uma população de 10.245.000 habitantes.

(8) DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, *Relatório Apresentado ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*, Rio de Janeiro, Tip. de Estatística, 1908.

elevada de crescimento no país. Por outro lado, Pernambuco e Sergipe registram as taxas mais baixas de crescimento da população, inferiores as da própria Amazônia (9).

QUADRO II
Total da População por Província - 1823 - 1876

Província	1823	1876	Taxa de crescimento
Amazonas	32.000	57.610	80,03
Pará	96.000	275.237	186,70
Maranhão	164.836	359.040	117,80
Piauí	90.000	202.222	124,80
Ceará	200.000	721.686	260,84
Rio Grande do Norte	71.053	233.979	229,30
Paraíba	122.407	376.226	207,35
Pernambuco	480.000	841.539	75,32
Alagoas	130.000	348.000	167,70
Sergipe	120.000	176.243	46,86
Bahia	671.922	1.379.616	105,32
Minas Gerais	640.000	2.039.735	218,70
Espírito Santo	120.000	82.137	-31,55
Município Neutro	100.000	274.972	174,97
Rio de Janeiro	351.648	782.724	122,58
São Paulo	280.000	837.354	244,31
Paraná		126.722	
Santa Catarina	50.000	159.802	219,60
Rio G. do Sul	150.000	434.813	189,87
Goiás	61.000	160.395	162,94
Mato Grosso	30.000	60.417	101,40
Total	3.960.866	9.930.478	150,71

FONTES: 1823 - Araripe, Tristão de Alencar, *Memória Estatística do Império do Brasil*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. LVIII, 1895, pp. 91-99; 1872 — Diretoria Geral de Estatística, *Relatório e Trabalhos Estatísticos de 1876*.

Quanto à correlação escravos-homens livres as estimativas de 1823 não são suficientemente fidedignas para permitirem uma comparação com 1876. Entretanto, tomando-se

(9) Na memória de 1823, os dados sobre o Espírito Santo parecem estar sobreestimados, razão pela qual a província apresenta uma taxa negativa de crescimento, entre 1823-1871.

apenas essa última data, verifica-se que, no período final de escravidão as províncias cafeeiras do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, utilizavam o trabalho escravo em proporção bem mais elevada do que as chamadas províncias do Norte. As menores taxas de população escravizada encontravam-se nas zonas da pecuária e do algodão: Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. (A província do Maranhão constitui exceção, com o cultivo de algodão e açúcar empregando grande número de escravos). Novamente o Ceará destaca-se em termos populacionais, por apresentar a menor taxa de população escravizada (4,42 por cento) excluindo-se a Amazônia, onde esta era praticamente inexistente. Também a proporção de escravos na zona açucareira de Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia era pequena, se comparada à da zona cafeeira. A província do Rio de Janeiro apresentava a maior proporção de escravos em relação a de homens livres (37,38 por cento da população escravizada) do país.

QUADRO III
População Livre e Escrava por Província — 1876.

Província	Livres	Escravos	Total	% Escravos
Amazonas	56.631	979	57.610	1,69
Pará	247.779	27.458	275.237	9,97
Maranhão	284.101	74.939	359.040	20,87
Piauí	178.427	23.795	202.222	11,76
Ceará	689.773	31.913	721.686	4,42
Rio G. do Norte	220.959	13.020	233.979	5,56
Paraíba	354.700	21.526	376.226	5,72
Pernambuco	752.511	89.028	841.539	10,57
Alagoas	312.268	35.741	348.009	10,27
Sergipe	153.620	22.623	176.243	12,83
Bahia	1.211.792	167.824	1.379.616	12,16
Minas Gerais	1.669.276	370.459	2.039.735	18,16
Espírito Santo	59.478	22.659	82.137	27,58
Município Neutro	226.033	48.939	274.972	17,79
Rio de Janeiro	490.087	292.637	782.724	37,38
São Paulo	680.742	156.612	837.354	18,70
Paraná	116.162	10.560	126.722	8,33
Santa Catarina	144.818	14.984	159.802	9,37
Rio Grande do Sul	367.022	67.791	434.813	15,59
Goiás	149.743	10.652	160.395	6,64
Mato Grosso	53.750	7.667	60.417	12,69
Total	8.419.672	1.510.806	9.930.478	15,21

FONTE: Diretoria Geral de Estatística, *Relatório e Trabalhos Estatísticos de 1876*, Rio de Janeiro, Tip. Hipólito José Pinto, 1877.

4. "Fome de Braços", Questão Nacional

Em 1860, Sebastião Ferreira Soares elabora suas *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil* (10), destinadas a colocar por terra a idéia de que a agricultura entrara em crise devido ao fim do tráfico de escravos:

"Tenho convicção de que muitos indivíduos re-formarão suas opiniões sobre o estado da producção agrícola do paiz, quando esclarecidos pela verdade dos factos que passam despercebidos; e neste pre-supposto vou escrever algumas considerações, nas quaes pretendo demonstrar até à evidencia que a produção agrícola do paiz não está decadente, e antes, pelo contrario, marcha nas vias do progresso, mesmo depois da cessação do tráfico dos Africanos; bem como demonstrarei que a carestia dos generos alimentícios não procede da falta de braços que se possam empregar na lavoura, e tão somente de causas que, sendo removidas, podem trazer a abundancia e barateza dos generos necessários à alimentação dos nossos conterrâneos." (11)

O autor demonstra, através do tratamento estatístico de mapas do comércio de importação e exportação do Tesouro Nacional, que as quantidades exportadas dos oito principais produtos agrícolas — café, açúcar, algodão, fumo, borracha, erva-mate, aguardente e cacau — aumentaram continuamente entre 1839-1844 e 1852-1857, para concluir:

"porquanto é evidente que a exportação não teria augmentado se não houvesse maior produção; e consequentemente tendo augmentado a produção, segue-se que não existe até ao presente falta de braços no paiz para se occuparem da agricultura, como se tem querido incutir no espirito publico, com

(10) SOARES, Sebastião Ferreira, *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil* — 1860, Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1977.

(11) Id. *ibid.*, p. 14-15.

o fim de fazer persuadir aos incautos que a cessação do tráfico dos Africanos foi um mal para o paiz". (12)

Ferreira Soares via, com clareza, que a razão fundamental da crise de abastecimento estava no fato de que a produção concentrava-se cada vez mais nos gêneros de exportação, negligenciando-se as culturas alimentícias: arroz, farinha de mandioca, feijão e milho. Os problemas de abastecimento repercutiam na população das cidades negativamente, facilitando a propaganda anti-abolicionista e fazendo crer que o declínio da escravidão, que na realidade afetava os interesses da grande lavoura, era prejudicial à nação como um todo. Aliás, o problema da falta de alimentos era um dos mais antigos na vida do país. Ocorreu, por exemplo, durante a ocupação holandesa de Pernambuco, quando o governo de Nassau incompatibilizou-se com os produtores de cana-de-açúcar, pelo fato de tê-los obrigado a plantar mandioca, para enfrentar a fome que grassava nas vilas e cidades (13).

A análise de Ferreira Soares, e de outros contemporâneos, vem corroborar, e não é preciso repisar argumentos, o conhecido fato de que o mercado interno, as atividades "marginais" de subsistência e, conseqüentemente, os homens que a elas se dedicavam, continuavam fora da orientação geral do sistema, mesmo com as modificações decorrentes do fim do regime colonial e da independência política.

Se a produção continuava a crescer na agricultura de exportação e se as queixas de escassez de mão-de-obra partiam exatamente desses setores, em que consistia, realmente, a questão da "fome de braços"?

A partir de 1850, a falta de mão-de-obra aparece como um problema constante para os grandes proprietários, de norte a sul do país, servindo para fundamentar tanto os argumentos dos anti-abolicionistas como as reivindicações dos que viam na imigração a única solução para os seus males. A falta de trabalhadores livres nacionais, para substituir os escravos, ou a sua alegada incapacidade para o trabalho, era

(12) Id. *ibid.*, p. 121.

(13) MELLO, José Antonio Gonsalves de, *Tempo dos Flamengos*, 2.^a ed., Recife, Companhia Editora de Pernambuco, 1979, p. 150.

também um argumento constante no discurso dessas camadas, para as quais a escassez de mão-de-obra exigia medidas especiais do Estado, no sentido de encaminhar uma política do trabalho que solucionasse a crise instalada.

Na realidade, se parecia haver consenso por parte dos grandes proprietários em torno da questão, ou seja se seu comportamento indicava uma mesma direção, isto não significa que tenha tido o mesmo sentido, isto é, que a escassez de mão-de-obra se devesse a causas semelhantes para todos. Comparando-se os principais setores da produção — café, açúcar e algodão, encontram-se sentidos não só diferentes, mas diametralmente opostos, para a crise do trabalho escravo. Evidentemente, a proximidade do fim da escravidão afetava não só a economia, mas toda a vida social da nação, porém não da mesma maneira, pelo que se pode depreender do exame sucinto da economia cafeeira do sul, em comparação com a do açúcar e do algodão no Nordeste.

5. *A Crise do Trabalho Servil nas Economias do Café, Açúcar e Algodão.*

Açúcar, algodão e café foram os principais produtos impulsionados pelo reflorescimento da agricultura e decadência da mineração, na etapa final da dependência metropolitana (14). A partir da década de 1830, o café passa a afirmar-se como principal produto de exportação e a comandar por volta de 1850, as determinações básicas do processo de transformação das relações de trabalho, com o regime de colonato, a imigração estrangeira para o campo, a emergência do trabalho assalariado, da classe operária urbana e, na passagem do século XIX para o atual, o surgimento de movimentos sindicais e políticos da classe trabalhadora.

Alguns dados sobre o comércio de exportação ilustram a rapidez com que o café tomou o centro da economia brasileira, já na primeira metade do século passado:

(14) PINTO, Virgílio Noya, *Balço das Transformações Econômicas do Século XIX*, in MOTA, Carlos Guilherme (org) *Brasil em Perspectiva*, 12.ª ed., São Paulo, Difel, 1981, p. 126-133.

QUADRO IV

Quantidade, Valor e Preço Médio da Exportação de Açúcar,
Algodão e Café — 1801-1857 (15)

AÇÚCAR

Ano	Quantidade arrobas	Valor réis	Preço médio
1801	2.907.130	6.109.729	2.350
1820	1.414.689	2.552.066	2.050
1839 - 44	5.603.929	10.313.480	1.842
1852 - 57	7.765.534	20.099.740	2.588

ALGODÃO

Ano	Quantidade arrobas	Valor réis	Preço médio
1801	438.000	3.448.397	5.540
1820	231.000	1.450.753	5.800
1839 - 44	705.768	3.646.040	5.162
1852 - 57	958.182	5.518.850	5.760

CAFÉ

Ano	Quantidade arrobas	Valor réis	Preço médio
1801	28.832	118.213	4.100
1820	71.855	425.168	5.500
1839 - 44	5.693.037	18.371.430	3.227
1852 - 57	9.997.868	43.990.620	4.400

FONTES: 1801-1820 — Ribeiro, Maria de Lourdes, *As Relações Comerciais entre Portugal e Brasil segundo as Balanças de Comércio*, p. 60-64, 87-88. 1839-1857 — Soares, Sebastião Ferreira, op. cit., p. 20, 38, 52.

(15) RIBEIRO, Maria de Lourdes Roque de Aguiar, *As Relações Comerciais entre Portugal e Brasil segundo as Balanças de Comércio — 1801 — 1821*, Lisboa, Imprensa de Coimbra, 1972, p. 60-64, 84-88, 104-107. SOARES, Sebastião Ferreira, op. cit., p. 20, 38, 52. Os dados de 1820 não incluem as exportações diretas para outros portos europeus, apenas as dirigidas para Portugal.

O café expande-se, sobretudo, no Rio de Janeiro, na região do Vale do Paraíba, Minas Gerais e São Paulo. A produção paulista, que até o início da década de 1870 representava apenas 16% da produção nacional, desloca-se em direção às terras férteis do chamado "Oeste Novo" e passa a liderar o mercado exportador. Em 1885, a produção de São Paulo representava 40% do total, atingindo de 1911 a 1920, 70% e 75% da produção brasileira (16). Foi principalmente nessa área do oeste paulista que teve lugar um processo de acumulação capaz de efetuar a transição do trabalho escravo para novas relações de produção, baseadas no trabalho livre, através da imigração de trabalhadores europeus (17).

Enquanto o pólo cafeeiro se expande nessa direção, a economia açucareira do Nordeste percorre caminho inverso, prosseguindo em sua lenta marcha descendente, caracterizada pelas baixas cotações de preço no mercado internacional, pela forte concorrência de Cuba, e pela introdução do açúcar de beterraba. O mercado açucareiro experimenta uma recuperação satisfatória com a expansão das vendas externas, na década de 1880, o crescimento do mercado nacional, a modernização tecnológica e a fundação das usinas. Dá-se uma incorporação de novas terras à lavoura de cana, no leste e sul do país, perdendo o Nordeste a sua supremacia nessa produção (18). As crises na exportação açucareira não implicavam, entretanto, em diminuição das quantidades produzidas. Pelo contrário, o esforço produtivo teve que ser redobrado no decorrer de todo o século XIX, para manter o nível dos valores de exportação, continuamente rebaixados pela queda dos preços (19).

Quanto ao algodão, tratava-se de uma produção instável, que oscilou entre longos períodos de abastecimento para o mercado interno e a economia de subsistência, a intervalos de ingresso na economia de exportação, provocados pela escassez do produto nos mercados europeus. No Nordeste, expandiu-se primeiro na zona da mata e, depois, no agreste e no sertão, registrando-se entre 1780 e 1820 o primeiro surto

(16) CANO, Wilson, *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, Rio de Janeiro, Difel, 1977, p. 17-31.

(17) Id. *ibid.*, p. 42-50. MELLO, João Manuel Cardoso de, *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

(18) GNACCARINI, José C., *A Economia do Açúcar. Processo de Trabalho e Processo de Acumulação*, in FAUSTO Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, vol. 1, São Paulo, Difel, 1977, p. 329.

(19) SOARES, Sebastião Ferreira, *op. cit.*, 38-45. GNACCARINI, *op. cit.*,

algodoeiro para exportação. Nas décadas de 1860 e 1870, com a demanda do mercado manufatureiro inglês, o algodão passa a se constituir no setor mais dinâmico da economia nordestina (20). Assim como com o açúcar, as oscilações do preço do produto no mercado externo tendiam a provocar um aumento das quantidades produzidas, ou seja, de trabalho produtivo. No caso do algodão houve ainda uma outra peculiaridade, que consistiu no cultivo não só de grandes plantações de base escravista, como na multiplicidade de médios e pequenos produtores livres, pulverizados pelo interior do território.

Na segunda metade do século XIX, a economia de exportação passa a depender quase que exclusivamente do café, como se vê no quadro a seguir.

QUADRO V

Participação percentual do Café, Açúcar e Algodão nas Exportações — 1851-1900 (21)

Período	Café	Açúcar	Algodão
1851-1860	48,8	21,2	6,2
1861-1870	45,5	12,3	18,3
1871-1880	56,6	11,8	9,5
1881-1890	61,5	9,9	4,2
1891-1900	64,5	6,0	2,7

A diminuição do plantel escravo nos engenhos de cana da Zona da Mata vinha ocorrendo desde 1830, quando a queda do preço do açúcar e o encarecimento do escravo começaram a tornar pouco remunerativa a produção. Na cultura do algodão, o emprego de escravos era pouco vantajoso, devido ao ciclo vegetativo curto, que implicava em longos períodos

(20) SINGER, Paul, *O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional*, in FAUSTO, Boris, *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, vol. 1, São Paulo, Difel, 1977, p. 358-360. STEIN, Stanley J., *Origens e Evolução da Indústria Textil no Brasil-1850-1950*, Ed. Campus, Ltda., Rio de Janeiro, 1979, p. 57.

(21) SINGER, Paul, op. cit., p. 355.

de ociosidade forçada da mão-de-obra (22). Além disso, no sertão nordestino, grande parte do cultivo do algodão desenvolveu-se através da pequena produção, associada à plantação de gêneros alimentícios, dentro de um complexo vinculado à pecuária extensiva e às relações latifúndio-minifúndio.

A própria estrutura interna do sistema favoreceu a absorção precoce do trabalho livre e o rápido declínio da escravidão. Há uma controvérsia quanto à real participação do trabalho escravo na pecuária. A interpretação mais aprofundada afirma que a criação de gado teria sido incompatível com a escravidão, quando praticada em caráter extensivo como o foi no Nordeste, em razão da dispersão geográfica e do absentismo dos proprietários. Em consequência da dificuldade de controle do escravo, teria havido sempre uma preferência pela mão-de-obra indígena, também considerada mais apta a esse tipo de atividade. Estudos recentes demonstram, contudo, que no Piauí colonial, por exemplo, a proporção de escravos nas fazendas de gado era tão grande quanto a existente para o total da colônia (23).

Na verdade, este é um tema ainda em aberto, que requer maior investigação histórica. Embora as fazendas contassem, pelo menos na fase inicial da colonização, com um plantel escravista, era grande a presença de homens livres, vaqueiros e agregados, incluindo brancos, mulatos, índios e pretos libertos (24). O que nos parece mais relevante não é a questão do peso relativo dos segmentos escravo e livre mas o fato de que, na pecuária, a escravidão não representou obstáculo

-
- (22) A cultura algodoeira no Maranhão foi uma exceção, pois esteve integrada ao sistema de "plantation" escravista até o final do regime servil. RIBEIRO, Talila Ayaoub Jorge, *A Desagregação do sistema escravista no Maranhão, 1850/1888*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983 (mimeografado).
- (23) MOTT, Luiz Roberto de Barros, "Estrutura demográfica das fazendas de gado do Piauí colonial: Um caso de povoamento rural centrífugo", in *Revista de Civilização e Cultura*, São Paulo, vol. 30, n.º 10, outubro de 1978. GORENDER, Jacob, op. cit., cap. XX.
- (24) Sobre a pecuária nordestina ver os estudos clássicos de: ABREU, J. Capistrano de, *Capítulos de História Colonial e Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, 5.ª ed., Brasília, Universidade de Brasília, 1963. ANDRADE, Manoel Correa de, *A Terra e o Homem do Nordeste*, op. cit., FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1964. PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo*, 3.ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1948. Do mesmo autor, *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1956. SIMONSEN, Roberto, *História Econômica do Brasil*, 7.ª ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1977.

à inserção do homem livre. Ao contrário do que ocorreu nas estruturas mais rígidas dos engenhos de cana e das fazendas de café, nas fazendas de gado o trabalho livre foi sempre uma alternativa viável, amplamente utilizada. O sistema da "quartiação", pagamento ao vaqueiro de um entre quatro bezerros nascidos anualmente, abria-lhe possibilidades de acumulação e, até mesmo, a aspiração à condição de proprietário.

Com a proibição do tráfico africano, as regiões cafeeiras em expansão voltaram-se para o Nordeste, dando início ao tráfico interprovincial. A mão-de-obra escrava começa a afluir do Norte para o Sul tão cedo que, em 1854, surge no Parlamento um projeto de lei proibindo a venda de escravos entre províncias. A lei não foi aprovada mas instituíram-se taxas locais sobre a saída de escravos, visando frear a corrente migratória (25). Estima-se que, entre 1850 e 1888, as províncias cafeeiras absorveram cerca de 300.000 escravos através do tráfico interprovincial (26).

É possível concluir, portanto, que há um sentido inverso na questão da "fome de braços" quando comparadas as duas regiões. No pólo cafeeiro havia uma demanda de força de trabalho, decorrente da expansão da economia. A distribuição dos fatores de produção segundo a forma escravista, ao continuar mantendo sua eficácia, tornava indesejável, pelo menos até certo momento, a questão da abolição, já que não obstaculizava a acumulação. Somente no fim do regime servil é que São Paulo aderiu à campanha abolicionista, quando o problema da mão-de-obra, se resolveu favoravelmente para os cafeicultores do "Oeste Novo", através da imigração subsidiada pelo Estado.

Nos outros dois setores, ao contrário, houve uma liberação precoce da mão-de-obra escrava, uma desagregação do sistema, daí resultando a carência de braços. Liberação essa decorrente da instabilidade da agricultura nordestina e do fator de atração que representava o pólo cafeeiro.

O plantel de escravos cresce no Rio de Janeiro e em São Paulo, no decorrer do século, de forma consistente:

(25) CONRAD, Robert Edgar, *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, p. 83-87.

(26) GORENDER, Jacob, op. cit., p. 525.

QUADRO VI

Populações escravas em São Paulo e Rio de Janeiro 1819-1888 (27)

Período	São Paulo	Rio de Janeiro*
1819	77.667	146.060
1823	—	150.549
1836	78.955	—
1854	117.731	—
1876	156.612	341.576
1887	107.329	169.909

Em contrapartida, há um decréscimo nas taxas de população escrava do Nordeste, no mesmo período.

Porém, se a “fome de braços” era uma questão nacional, mesmo que com diferentes significados, em que ponto coincidem os interesses dos queixosos?

Para além dessas diversidades regionais havia, a nosso ver, um fator de interesse comum aos grandes produtores do Norte e do Sul, que consistia na intenção de garantir a continuidade do sistema de “plantation”, ou seja, uma oferta de trabalho abundante, barata e, se possível, estável. A isso se aliavam os interesses dos grupos no poder, uma vez que o próprio Estado dependia da agricultura para sua manutenção: 75 por cento das receitas do governo, no final do Império, provinham do movimento do comércio exterior (28).

Os dados existentes permitem indagar até que ponto a “fome de braços”, transformada um problema da nação, não teria sido, sobretudo, um conveniente argumento das camadas dominantes para garantir a continuidade do modelo colonial de trabalho, agora com nova roupagem.

(27) SILVA, Joaquim Norberto de Souza e Silva. *Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império*, Rio de Janeiro, 1870, p. 152. ARARIPE, Tristão de Alencar, *Memória Estatística do Império do Brasil*, op. cit., p. 91-99. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, *Relatório e Trabalhos Estatísticos de 1876*. CONRAD, Robert Edgar, op. cit., p. 346.

(*) Inclui a província e a cidade do Rio de Janeiro.

(28) VILLELA, Annibel Villanova e SUZIGAN, Wilson. *Política de Governo e Crescimento da Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, p. 29-30.

QUADRO VII

População escravos no Nordeste — (1819-1888) (29)

Período	Rio Grande do Norte					Bahia
	Piauí	Ceará	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	
1819	12.405	55.439	16.723	97.633	69.094	147.263
1823	10.000	20.000	20.000	150.000	40.000	237.458
1876	23.795	31.913	21.526	89.028	35.741	167.824
1887	8.970	108	9.448	41.122	15.269	76.838

(29) SILVA, J.N., op. cit., ARARIPE, T.A., op. cit., Relatório de 1976, op. cit., CONRAD, R.E., op. cit

No grande embate político que então se travou, saíram vitoriosos os fazendeiros de café, que conseguiram a “socialização do custo” da introdução maciça de colonos estrangeiros, através da imigração subsidiada pelo Estado. Como afirma José de Souza Martins: “Somente com a intervenção do Estado foi possível quebrar o circuito do trabalho cativo, procedendo-se a uma socialização dos custos de formação da força de trabalho e criando-se as condições para que se instituisse o trabalho livre e o mercado de trabalho” (30). Paula Beiguelman demonstra, também, como os fazendeiros de café se desinteressaram pela introdução de imigrantes até a década de 1860, porque a responsabilidade pelo pagamento da passagem recaía sobre eles próprios e sobre os colonos. Era mais compensador continuar a ater-se ao braço escravo, apesar do grande investimento inicial (31). Boris Fausto, retomando a questão, observa que a imigração subsidiada permitiu aos fazendeiros adequar a oferta de trabalho aos seus interesses. Baseando-se na análise de Michael Hall, Fausto conclui que “ao longo de todo o período em que a imigração estrangeira para as fazendas foi a fonte essencial de mão-de-obra não ocorreu ‘falta de braços’, mas, com frequência, uma grande e calculada oferta de trabalho”, cujo objetivo central era deprimir os salários rurais (32). Avançando a análise para o setor urbano, Wilson Cano demonstra como essa política beneficiou a nascente indústria paulista, permitindo-lhe operar com uma oferta abundante de mão-de-obra, a taxas de salário mais baixas que a de outras regiões (33).

Quais as perspectivas para os grandes proprietários no Nordeste, dentro desse quadro? Incapazes de atrair o imigrante estrangeiro e sofrendo a drenagem contínua de mão-de-obra escrava, não lhes restava outra alternativa senão recorrer ao trabalhador livre nacional, sob pena de diminuir a produção ou até mesmo deixar de produzir. Roberto Avé-Lallemant, por exemplo, encontrou a produção açucareira de Sergipe em completa decadência, em 1859, devido à diminuição do número de escravos. Segundo Manoel Correa de Andrade,

(30) MARTINS, José de Souza, *O Cativo da Terra*, São Paulo, Ciências Humanas, 1979, p. 66.

(31) BEIGUELMAN, Paula, *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro*, São Paulo, Pioneira, 1968, p. 86.

(32) FAUSTO, Boris, *Trabalho Urbano e Conflito Social, 1890-1920*, Rio de Janeiro, Difel, 1977, p. 24.

(33) CANO, Wilson, op. cit., p. 227-232.

o trabalho livre, na segunda metade do século XIX, era de uso generalizado, tanto em Pernambuco, como no Rio Grande do Norte, na Paraíba e em Alagoas (34). O abolicionista Tavares Bastos, ao defender a abolição gradual por província, em 1865, argumentava que no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e em certas áreas de Pernambuco o número de escravos era reduzido e a agricultura já era praticada quase que exclusivamente por homens livres (35).

No Ceará, por exemplo, os poucos escravos existentes concentravam-se nos serviços domésticos, eram artigo de luxo, enquanto em certas áreas açucareiras e nas províncias do leste havia maior concentração de escravos na agricultura, como se pode ver no quadro a seguir.

QUADRO VIII

Ocupações dos escravos por província, 1872 — Região Nordeste e Leste.

Província	Trab. agrícolas	Criados e jornaleiros	Outros	Total
Nordeste				
Piauí	6.264	6.631	10.900	23.793
Ceará	7.375	11.363	13.175	31.913
Rio G. do Norte	2.353	3.057	7.610	13.020
Paraíba	9.125	5.982	6.419	21.526
Pernambuco	38.714	20.480	29.834	89.028
Alagoas	11.628	13.462	10.651	35.741
Sergipe	11.907	3.291	7.425	22.623
Bahia	82.954	33.073	51.797	167.824
Leste				
Minas Gerais	278.767	30.989	60.703	370.459
Espírito Santo	12.917	3.493	6.249	22.659
Rio de Janeiro	141.575	52.806	98.256	292.637
Município Neutro	5.695	28.815	14.429	48.939
São Paulo	88.620	29.889	38.103	156.612

FONTE: Recenseamento de 1872, compilado por Conrad, Robert, *Os Últimos anos da Escravatura no Brasil*, op. cit., p. 361.

(34) ANDRADE, Manoel Correia de, *A Terra e o Homem do Nordeste*, São Paulo, 3.ª ed., Brasiliense, p. 106-108.

(35) BASTOS, Tavares, *A Província*, São Paulo, Ed. Nacional/Brasília, Coleção Brasileira, vol. 105, 1975, p. 183.

Os próprios governos provinciais nordestinos reconheciam esses fatos. Quase todos os relatórios de presidentes da província do Ceará, entre 1847 e 1888 apontam a adoção do trabalho livre como forma de estimular a produção. Em 1864, o presidente Lafaiete Rodrigues Pereira reconhece: “a agricultura no Ceará é quase exclusivamente praticada por braços livres” (36). Os mesmos relatórios registram também a impossibilidade de conter a evasão crescente de escravos em direção ao sul, “que não foi ainda neutralizada, apesar da elevação da imposição na saída dos mesmos”, segundo afirma o relatório de 1856 (37).

Também em Pernambuco os documentos oficiais apontam nessa direção. O relatório do presidente da província, em 1866, considera que o trabalho livre “é muito mais produtivo que o escravo” e o de 1876 conclui que os proprietários não se interessavam sequer pela mão-de-obra estrangeira, devido à abundância de trabalhadores livres nacionais: “a massa de trabalhadores livres nacionais que perambulavam pela província e a quem os proprietários tinham quantos quisessem e por diminuto preço” (38).

Resta saber o que fazia e de que vivia essa população “perambulante”, “repartida pelos diversos misteres da vida”, como dizia um desses relatórios provinciais. Como estava se dando a incorporação desses homens ao mundo do trabalho e da produção? A que se refere, em última análise, o termo “trabalho livre”, nesse contexto?

6. As Seqüelas da Escravidão e a Degradação do Trabalho

Caio Prado Júnior usa o termo “população vegetativa da colônia” para designar os que viviam à margem da economia mercantil de base escravista, fundada no binômio “senhor-escravo” (39). Ao mesmo tempo em que o sistema colonial

(36) Relatório do Presidente Lafaiete Rodrigues Pereira à Assembléia Legislativa Provincial, 1.º de outubro de 1864, p. 47.

(37) Relatório do Vice-Presidente Herculano Antonio Pereira da Cunha, à Assembléia Legislativa Provincial do Ceará, 1856, p. 28.

(38) SANTOS, Ana Maria Barros dos, *Introdução ao Estudo da Escravidão em Pernambuco e sua Transição para o Trabalho Livre*, dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, junho de 1978 (mimeografado), p. 121.

(39) PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit., p. 280.

deixara sem função a maior parte dos homens pobres livres, a escravidão marcara-os ideologicamente com o estigma do trabalho servil, diante do qual a condição de liberdade só era compatível com a condição de proprietário. Para os que não podiam sê-lo, submeter-se significava igualar-se ao escravo. Trabalhar a serviço de outro era aviltar-se, em uma "relação de sujeição" incompatível com a condição de homem livre.

Um dos aspectos mais marcantes da vida desses homens era a instabilidade das condições de existência. As oscilações da economia de exportação, somadas a uma política de ocupação e posse do solo excludente e concentradora de terras, resultavam em constante desenraizamento e mobilidade da população. O nomadismo e a não fixação ao solo se apresentavam, freqüentemente, como único recurso disponível para enfrentar as condições de vida adversas e a violência das relações sociais. Já no século XVIII, Saint Hilaire presenciara a expulsão de posseiros das terras cultivadas:

"os pobres que não podem ter títulos se estabelecem nos terrenos que sabem não terem dono. Plantam, constroem pequenas casas, criam galinhas, e quando menos esperam, aparece-lhes um homem rico, com o título que recebeu na véspera, expulsa-os e aproveita o fruto do seu trabalho" (40).

O problema da terra se agrava com a suspensão das concessões de "datas", em 1822. Nos trinta anos seguintes, anos de intensa expansão populacional, a ocupação de terras devolutas se intensifica, coincidindo com a ausência de legislação e controle. A Lei de Terras de 1850, ao impedir o livre acesso à terra, com o objetivo básico de forçar os colonos estrangeiros e trabalharem nas grandes fazendas (41), intensificou ao mesmo tempo, o processo de concentração fundiária, transformando a terra em mercadoria, sujeita a compra e venda. O quadro fundiário no nordeste, por essa época, era constituído, em síntese: (a) por grandes latifúndios, alguns de propriedade de sesmeiros legítimos, outros ilegíti-

(40) SAINT-HILAIRE, Auguste de, apud. PORTO, Costa, *Estudo sobre o Sistema Sesmarial*, Recife, Imprensa Universitária, p. 176.

(41) COSTA, Emília Viotti da, "Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos", in *Da Monarquia à República, Momentos Decisivos*, op. cit., p. 127-147.

mos; (b) por áreas ocupadas por posseiros sem legitimidade e (c) por faixas de terras devolutas ainda não ocupadas que, a partir daí, deveriam ser compradas pelos interessados (42).

Os processos de expulsão de posseiros e rendeiros aumentam a partir de 1850. Um relatório do presidente da província de Pernambuco, de 1871, chega a sugerir uma *"lei previdente que regulasse as relações entre proprietários de terra e rendeiros"* (43). A imprensa pernambucana também denunciava:

"como é que se exige que esses infelizes (os agregados, gente pobre, foreiros) plantem se eles não tem certeza de colha? Que incentivo existe que os induza a beneficiar um terreno, do qual podem ser despojados de um instante para outro? Nas terras dos grandes proprietários, eles não gozam de direito algum político, porque não tem opinião livre: para eles o grande proprietário é a polícia, os tribunais, a administração, numa palavra, tudo..." (44).

A sujeição ao poder e arbítrio dos grandes proprietários somavam-se à sujeição ao Estado, prisões, recrutamento forçado para obras públicas, serviço da Guarda Nacional. Novas ou antigas "formas de utilidade" que já haviam feito parte da exploração colonial dos desclassificados, construção de prédios e prédios da administração, trabalho forçado em lavou- ras, formação de milícias e guardas privadas (45).

Os que conseguiram vincular-se ao processo produtivo, disputando pequenas faixas de terra, as de pior qualidade, constituíam uma economia minifundiária, de baixa rentabilidade, de insuficiência de recursos financeiros, de caráter quase vegetativo. No sertão dedicavam-se às chamadas "culturas de pobre" — algodão, milho, feijão, mandioca e à criação "miúda". Os grandes proprietários não se interessavam pela agricultura, sendo a atividade pastoril a principal fonte de ri-

(42) PORTO, Costa, op. cit., p. 177.

(43) SANTOS, Ana Maria, op. cit., p. 112.

(44) Conforme FREIRE, Gilberto. *Nordeste*, Rio de Janeiro, 1937, p. 248-249.

(45) SOUZA, Laura de Mello, *Desclassificados do Ouro, A Pobreza Mineira no Século XVIII*, Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 71-90. Essas "formas de utilidade" citadas pela autora não foram exclusivas de Minas Gerais, também ocorreram em todos o Nordeste.

queza e poder desde o período colonial (46). Esse descaso é motivo de queixa do presidente da província do Ceará, em 1847, preocupado com os destinos da agricultura:

“a agricultura, esse manancial do qual tudo poderíamos esperar, não tem sido encarada com a primeira e talvez a única fonte donde há de manar a nossa prosperidade, ela bem se pode dizer é quase exercida somente pela classe pobre que não tem a força necessária para levá-la ao ponto conveniente aos interesses da província” (47).

A pequena produção caracterizava um crescente setor camponês de subsistência, voltado para o consumo local, onde as feiras apareciam como componente mercantil. Exercida em sua maioria por ocupantes sem legitimidade sobre a terra, ela podia ser interrompida a qualquer momento, indo seus donos engrossar a camada de arrendatários, meeiros, agregados e moradores das grandes propriedades, em substituição ao braço escravo. Os que não se submetiam partiam em busca de alternativas em outras terras, talvez ainda desocupadas, em outras fazendas ou em regiões mais prósperas.

A crise do trabalho escravo trouxera à tona uma das principais fragilidades do trabalho livre, herdadas da exploração colonial — a instabilidade da mão-de-obra. O trabalhador não possuía nenhuma garantia de fixação ao solo que cultivava, vivendo em permanente insegurança. A migração surgia, então, como esperança e última alternativa.

O nomadismo, o desenraizamento, a mobilidade da população e a conseqüente desorganização do trabalho agravavam-se, em determinadas conjunturas, nas áreas semi-áridas sujeitas a secas e inundações. O século XIX registrou dez das chamadas “secas grandes”: em 1804, 1809-10, 1816-17, 1824-25, 1827, 1830, 1844-45, 1877-79, 1888-89 e 1900 (48).

As repercussões se fizeram sentir ao longo das gerações, como observa Djacir Menezes:

(46) Sobre a expansão da pecuária no Ceará colonial, vide LEMENHE, Maria Auxiliadora, *A Economia Pastoril e as Vilas Coloniais no Ceará*, Fortaleza, *Revista de Ciências Sociais*, vol. 12/13, n.ºs 1/2, 1981/1982, p. 75-106.

(47) Relatório de Inácio Correa de Vasconcelos, na abertura da Assembléia Legislativa do Ceará, 1.º de julho de 1847.

(48) GIRÃO, Raimundo, *Pequena História do Ceará*, 13.ª ed., Fortaleza, Imprensa Universitária, 1971, p. 291.

“as conseqüências econômicas do nomadismo sertanejo refletem-se na instabilidade da vida social, no fluxo e refluxo da fortuna particular, que emigra de senhor para senhor, sem nunca permitir a garantia de um desenvolvimento econômico, ocasionando ainda a ausência de tradições familiares, confundindo-se, nos grandes dias de miséria, a aristocracia rural, representada por seus descendentes, com a plebe de descendentes africanos e camponeses que sempre viveram agregados aos proprietários” (49).

A instabilidade das condições de existência teve influência decisiva na formação da composição social do sertão. Ao lado do padrão clássico atribuído à sociedade dos engenhos de cana-de-açúcar, da família patriarcal extensiva, as unidades familiares também seguem, desde cedo, o modelo de família nuclear. No período colonial, as fazendas de gado pertenciam a proprietários absentéistas e muitos não possuíam sequer domicílio com estrutura familiar, sendo conduzidas apenas por vaqueiros, escravos e agregados (50).

Também as formas de dominação geradas pela estrutura sertaneja se desenvolveram de maneira diversa da economia açucareira da zona da mata, apresentando-se mais fluidas e camufladas do que na rígida hierarquização da plantagem de base escravista. Dentro de condições de trabalho e existência pouco estáveis e equilibradas para todos, a diferenciação social entre homens livres de diferentes estratos só revestiu de formas complexas de dominação ideológica, a expropriação e exploração do trabalhador pelo dono da terra ficando mascaradas sob uma rede de relações de parentesco e clientelismo, que impregnaram e atravessaram todo o tecido social e cujos resíduos permanecem ainda hoje.

O estigma da escravidão aviltou as relações de trabalho para o homem pobre livre, que dividia com o elemento servil as tarefas no interior das fazendas. Mas a degradação do trabalho foi mais além. A relação de sujeição, imposta pela condição de “morador”, homem que vive em terra alheia, sob a tutela do proprietário e a ele vinculado por um sistema recíproco de prestação de serviços, colocava-se como um dos

(49) MENEZES, Djacir, *O Outro Nordeste*, Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1937, p. 174.

(50) MOTT, Luiz Roberto de Barros, op. cit., p. 1205-6.

principais entraves a uma concepção mais digna do trabalho. A ideologia da clientela, apoiada basicamente na "capacidade de fazer favores", envolve aspectos econômicos, políticos e de parentesco, cuja expressão mais acabada viria a ser o "coronelismo" da Primeira República (51). Seus fundamentos entretanto, estão assentados na estrutura das relações de trabalho e da propriedade da terra, que se consolidam na segunda metade do século XIX.

A noção de liberdade associada à de propriedade e a noção de trabalho relacionada à de servidão, não esgotam, contudo, o quadro ideológico de subordinação dessa população destituída. A questão envolve ainda outro aspecto, que legitimava e justificava a dominação e que diz respeito à ideologia da vadiagem. A indolência, a inércia, a inaptidão do homem livre para o trabalho, como construção de uma visão de mundo que justificasse o escravismo, tem uma de suas análises mais lúcidas no trabalho de Laura de Mello e Souza sobre os "desclassificados do ouro". A desqualificação do homem pobre livre enquanto mão-de-obra e enquanto ser humano deixou seqüelas profundas e, como demonstra a autora, a proliferação dos vadios fez parte da própria exploração colonial, fazendo possível o emprego de uma mão-de-obra que, por sua condição miserável, tornava-se extremamente útil (52).

De fato, a ociosidade de grande parte da população, tanto nas cidades como no campo, chamava a atenção dos con^h temporâneos, viajantes e cronistas. Tollenare, nas primeiras décadas do século, deplorava "o espetáculo da indolência" nos bairros habitados por brancos, mulatos e negros livres do Recife (53). Daniel Kidder, em meados do século, denunciou o estado de degradação dos nativos que habitavam o Ceará. Outrora organizados e chegando mesmo a contratar turmas para o trabalho agrícola dos colonos, essa população ficara "sem utilidade alguma, nem para si próprios nem para outrem". Constatou ainda que, sendo relativamente raros

(51) QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, "O Coronelismo numa Interpretação Sociológica", in *História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Republicano*, Tomo III, vol. 1, São Paulo, Difel, p. 155-190.

(52) SOUZA, Laura de Mello, op. cit. p. 71-90.

(53) TOLLENARE, I. F., *Notas Dominicais*, Coleção Pernambucana, vol. XVI, Recife, Sec. de Educação e Cultura, 1978; p. 22.

nessa província os escravos, o cativo era considerado pelo povo verdadeira calamidade (54).

Por fim, a questão ideológica do trabalho contém também um elemento de antagonismo, que diz respeito às diferenças étnicas e culturais existentes no interior dessas populações. Pouco se sabe acerca da concepção de trabalho nas sociedades tribais brasileiras e nas nações africanas de onde vieram os negros. Entretanto, as constantes rebeliões, as fugas, o refúgio no interior das matas, os quilombos, os ataques às povoações, os conflitos de toda sorte, são sinais da resistência de índios e negros em se submeterem ao mundo dos brancos. O próprio Tollenare observou que aquilo que se classificava como preguiça ou apatia podia também ser interpretado, de outra perspectiva, como uma "moderação dos desejos". Sebastião Ferreira Soares chamou atenção para a origem indígena de grande parte da população livre, para a "*limitação de desejos e aspirações*" de seu caráter. Chegou a advogar leis especiais "*que soubessem respeitar nos caboclos a sua qualidade de homens*", considerando a visão do europeu, imbuído de outros valores, preconceituosa e mal informada, pois "*pintão o caracter dos aborigenes brasileiros como homens nimiamente indolentes e inactivos*", quando, na verdade, "*esse homem tem desejos muito limitados*". É a essa herança indígena tão próxima que o autor atribui a "*falta de ambição*", ou seja, a ausência de uma ideologia engendrada no processo de acumulação capitalista: "*não tratão de accumular riquezas como o homem social civilisado, porque, como este, não tem as necessidades creadas pela moderna sociedade*" (55).

Entretanto, apesar das condições adversas, tanto em relação às bases objetivas de existência material, como à ética engendrada em seu interior, alguns segmentos de homens livres encontram, ainda na vigência da escravidão, possibilidades de romper as condições de uma existência sem perspectivas. É o caso, por exemplo, dos chamados "brancos do algodão", plantadores mestiços, mulatos e pretos forros, sem recursos, que fizeram fortuna súbita com as elevações de preço e demanda do produto no mercado internacional, nas décadas de 1860 e 1870. É também o caso do vaqueiro, figura simbólica, por excelência, dos mitos heróicos do sertão. Tollenare

(54) KIDDER, Daniel P., *Reminiscências de Viagem e Permanência no Brasil. Províncias do Norte*, vol. 2, São Paulo, Martins/EDUSP, 1972, p. 141.

(55) SOARES, Sebastião Ferreira, op. cit., p. 80-81.

também se impressionara vivamente com os passadores de gado que atravessavam o sertão para vender as boiadas nas feiras paraibanas e pernambucanas do litoral, em intenso movimento comercial por zonas de trânsito perigoso. Curiosamente, é ao mesmo caráter indígena, geralmente visto de forma negativa, que Tollenare atribui o porte e a altivez do vaqueiro, embora reconhecendo que o gênero de trabalho envolvido exigiam *“um vigor e uma coragem que só o interesse pode manter”* (56). Evidentemente, a oportunidade de enriquecimento e de ascensão social que garantia esse “interesse”, estava ausente para a grande maioria de destituídos, cujos horizontes de vida se mostravam sempre sem perspectivas, que trabalhassem, quer não.

Já no final do século XIX, é também através da figura do vaqueiro que as condições de existência dos demais homens livres podem ser expostas mais cruamente e percebidas em toda a sua extensão, na descrição de um estudioso cearense:

“Ao sertanejo pobre abrem-se duas carreiras: ou é vaqueiro de um fazendeiro qualquer ou agregado, isto é, morador nas terras do fazendeiro, trabalhando como jornaleiro seu, podendo ser expulso da noite para o dia. Sendo agregado ou morador arrastará vida miserável, sem casa, sem terra, sem gado, plantando em terra alheia, sempre dependente. Ao vaqueiro abre-se outra perspectiva. Guardará a fazenda, tirará sortes, () poderá fazer um dia sua independência. Além disso, vestirá roupa de couro, correrá nas vaquejadas fazendo proezas, terá nome como pegador de gado ou como capador de animais, ou ainda como curador de feridas e bicheiras”* (57).

Dentro dessas condições, resta verificar as formas assumidas pelo trabalho livre, no momento em que a crise da escravidão tira das sombras essas camadas de *“peso inútil e sem função”*.

(56) TOLLENARE, I.F., op. cit., p. 111-123.

(*) sorte era a parte que cabia ao vaqueiro anualmente, da produção de leite e reprodução do gado da fazenda.

(57) BARROSO, Gustavo, *Terra do Sol*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Benjamin de Aguiar, 1913, p. 187-188.

7. As Formas de Trabalho no Campo, após 1850

A predominância de relações de produção de base escravista no Nordeste, após 1850, se reduz no sul de Pernambuco e Recôncavo baiano, onde se localizavam os engenhos mais ricos. Ao norte de Recife, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, onde havia menor número de escravos, a prática de contratar índios, caboclos, mulatos e negros libertos que já era assinalada ao tempo de Koster (58), se intensifica.

O estágio de atraso das forças produtivas, porém, não possibilitava o desenvolvimento de relações capitalistas de produção, com base no trabalho assalariado. Se a maioria dos grandes proprietários não possuía capitais suficientes para reter os escravos, sendo obrigada a vendê-los, menos ainda se dispunha a contratar trabalhadores livres por salários atraentes. As atitudes de parte desses proprietários podem ser avaliadas pela leitura de uma petição de lavradores de Sergipe, publicada em 1877 e dirigida ao governo central. Com os trabalhadores cativos destinados obviamente a uma rápida extinção, os requerentes manifestavam sua oposição à escravatura e sugeriam reformas para que pudessem atrair a população ociosa. Os homens livres dispostos a trabalhar por salários ou sob contrato poderiam, por exemplo, ser isentos do serviço militar. *"Concessões particulares liberalizadas poderiam ser oferecidas para atrair trabalhadores, incluindo a concessão de alojamentos confortáveis, um cultivo maior de cereais e outras safras alimentícias e o estabelecimento de aulas noturnas, onde os trabalhadores agrícolas pudessem aprender a ler e a escrever"* (59).

O quadro nordestino se caracterizava pela inexistência de circuitos econômicos internos, base material precária, ausência de modernização da tecnologia, insuficiência de ferrovias e portos para um rápido escoamento de mercadorias, fraqueza do sistema financeiro e do comércio interno, inexistência de um mercado consumidor local suficientemente monetarizado, uma série de fatores, enfim, que devem ser levados em consideração no estudo das formas assumidas pelo trabalho nesse momento de transição.

(58) KOSTER, Henry, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1942.

(59) CONRAD, Robert, *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, op. cit., p. 153.

Mais viável que o assalariamento era atrair o trabalhador livre sob outras formas de contrato. Passaram os proprietários a facilitar o estabelecimento da crescente população pobre sem terra nas áreas menos férteis dos latifúndios, como arrendatários, parceiros ou moradores. O pagamento da renda da terra era feito, em geral, anualmente, em espécie no tempo da colheita, ou semanalmente, em trabalho, pelo sistema do "cambão", isto é, o morador obrigava-se a trabalhar três dias gratuitamente para o patrão. Vem daí a expressão "morador de condição". Uma das formas de impedir a mobilidade do trabalhador era retê-lo por dívidas, mediante o fornecimento de mercadorias pelo barracão ou armazém, a preços extorsivos. O trabalhador só podia deixar a fazenda uma vez saldados os débitos. Na área açucareira crescia o número de lavradores que apenas cultivavam a cana, moendo-a no engenho do proprietário e dividindo com ele a produção. A Lei de Terras de 1850, que visava dificultar o acesso à terra para o imigrante europeu, decidia, em grande parte, o destino do trabalhador nacional, expulsando posseiros e aumentando o potencial de reserva de força de trabalho. Mesmo quando o posseiro conseguia manter o direito à terra, carecia de proteção para obter o registro de seus títulos. Com isso fortaleciam-se os vínculos de subordinação e a clientela a serviço dos proprietários.

Ao se falar em "trabalho livre" no Nordeste do século XIX não se está falando, portanto, no sentido de trabalho "liberado" para o capital, ou seja, despojado das condições objetivas de sua efetivação, "*dos meios e do material do trabalho*" (60). O termo se refere apenas ao estatuto jurídico de liberdade do indivíduo que o executa, em contraposição à condição do escravo. Na verdade, o que estava ocorrendo era a cristalização de relações de produção baseadas na subordinação do trabalhador rural ao grande proprietário, através do predomínio das "relações de parceria" que, de forma continuamente recriada, perduram até hoje.

O complexo algodoeiro-pecuário é talvez o setor onde melhor se pode perceber a forma tortuosa e complicada que caracterizou a evolução do trabalho livre no Nordeste, pelo fato de ter sido marcado por fluxos e refluxos, oscilando entre

(60) MARX, Karl, *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 65.

pequenos intervalos de produção para o mercado externo, gerando uma ilusão de riqueza e crescimento, e longos períodos de sobrevivência, buscando o mercado interno e mantendo-se através da produção de subsistência. No Agreste e no Sertão, os grandes proprietários se interessavam apenas subsidiariamente em plantar algodão, mantendo-se basicamente pecuaristas. A criação de gado era a atividade que definia o latifúndio, enquanto o algodão permanecia como atividade de pequenos produtores estabelecidos em minifúndios e mantendo estreitos vínculos de dependência com o grande proprietário. Stanley Stein atribui, inclusive, às técnicas rudimentares do pequeno produtor a capacidade de rápida difusão do algodão durante a época da escassez mundial na década de 1860 (61). Era um produto encarado com menosprezo pelo fazendeiro, que considerava má inversão empregar escravos nas plantações. *"O lavrador prefere pagar aos assalariados 1 \$280 diários a empregar na roça seus poucos escravos"* (62), registra um contemporâneo.

O pagamento de salários é prática encontrada desde tempos coloniais e faz parte, inclusive, da abundante legislação sobre o trabalho indígena. No trabalho agrícola, o salário era calculado por jornada diária, para pagamento dos "jornaleiros", mas era mais freqüente a contratação pelo Estado, com o pagamento do "soldo", à mão-de-obra recrutada para abrir estradas, construir ferrovias e, posteriormente, para a construção de açudes. Em todos os casos, o assalariamento era temporário e, freqüentemente, o pagamento em dinheiro era complementado em espécie.

O assalariamento temporário era comum nos algodoais. Havia, contudo, uma gama variada de relações com o patrão e de cooperação vicinal e divisão de trabalho familiar, que conjugava o cultivo do algodão com o de alimentos, o trabalho para o dono da terra com o trabalho para a subsistência da família. A descrição de Manoel Correa de Andrade sobre o calendário agrícola sertanejo dá uma idéia da complexidade dessas relações:

"nos anos regulares, costumavam os sertanejos, reunidos em mutirão, 'brocar' os reus roçados em outubro, fazendo a queima em fins de dezembro, a

(61) STEIN, Stanley: op. cit., p. 60.

(62) THEOPHILO, Rodolfo, *História da Seca no Ceará, 1877 — 1880*. Fortaleza: Tip. do Libertador, p. 20.

fim de que em janeiro fossem construídas as cercas. Com a chegada do 'inverno' — período chuvoso — o chefe de família, ajudado pela mulher e pelos filhos, fazia a semeadura. Esta era iniciada pelo feijão 'ligeiro', pelo milho de 'sete semanas', o jerimum e a melancia. A mandioca, o algodão, o milho e o feijão eram semeados depois. Entre o primeiro e o segundo plantios, a família mantinha o roçado limpo, enquanto o chefe trabalhava assalariado nas grandes e médias propriedades. O salário era utilizado na aquisição da farinha que constituía com a caça do preá, sobretudo, o alimento cotidiano. Até agosto eram colhidos e consumidos o milho, o feijão, o jerimum e a melancia. Em setembro começavam a desfazer a mandioca, a realizar a 'farinhada', trabalho em que contavam com a ajuda de parentes e amigos, sendo a farinha guardada em sacos sobre jiraus existentes nas pequenas casas de taipa. Esta cooperação da farinhada é comumente chamada de 'ajutório'. A farinha devia ser consumida com parcimônia, pois dela dependia o sustento da família até abril, quando o roçado começava a dar o jerimum, a melancia e as primeiras vagens de feijão. A colheita e venda do algodão permitia ao pobre trabalhador a aquisição de roupas e outros utensílios para a família". (63)

O assalariamento puro parece ter ocorrido somente no período do "surto" algodoeiro de 1860-1870, quando a demanda da mão-de-obra nos algodoais tornou difícil até a própria manutenção da força pública no Ceará, pois os trabalhos agrícolas dificultavam as reuniões para instrução da tropa. Os altos salários atraíam não só os homens, como as mulheres e até as crianças, ocasionando crises de abastecimento e o abandono das culturas alimentares: "*Os homens descuidavam-se da mandioca e dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do precioso arbusto; era uma febre que a todos alucinava, a febre da ambição*" (64).

(63) ANDRADE, Manoel Correa, *A Terra e o Homem do Nordeste*, op. cit., p. 194-5.

(64) THEÓPHILO, Rodolfo, op. cit., p. 22-23.

Os salários alcançaram o pico de 1.250 réis diários, quando a média girava em torno de 400 a 500 réis.

A maior parte dos trabalhadores livres no Ceará estava ocupada na agricultura e na pecuária. Dados estatísticos de 1860, embora se refiram a uma parcela pequena da população, podem servir de indicadores nesse sentido:

QUADRO IX

Ocupação dos Trabalhadores livres no Ceará — 1860

. vaqueiros ou encarregados de fazenda de criar.....	5.000
. operários ou subserventes aos vaqueiros	10.000
. operários empregados no serviço agrícola	20.000
. operários empregados no serviço de aviação, como correiros, arrieiros e tangedores	500
. operários empregados nas obras urbanas, tráfico de praças, obras públicas	1.000
TOTAL	36.000

FONTE: Brasil, Tomás Pompeu de Souza, *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, Tip. Bras. de Paiva & Cia., 1858-1863.

Quanto ao assalariamento nos engenhos de cana, trata-se de um processo ligado à transformação do sistema tradicional dos “bangüê”, primeiro com a introdução dos “engenhos centrais” e, logo em seguida, das usinas. No último quartel do século XIX ocorre o fim da hegemonia da antiga classe agrícola e o aparecimento da nova camada de “usineiros”, ligados ao capital industrial e financeiro de origem urbana (65).

(65) Para as transformações na agroindústria açucareira ver: ANDRADE, Manoel Correia, op. cit., p. 98-9 e 109-114; CARONE, Edgar, *A República Velha, Instituições e Classes Sociais*, Rio de Janeiro, Difel, 1978, p. 52-61; EISENBERG, Peter, *Modernização sem Mudança*. GNACCARINI, José César, op. cit., PERRUCCI, Gadiel, *A República das Usinas: Um Estudo da História Social e Econômica do Nordeste*, 1889-1930, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, cap. I e II, OLIVEIRA, Francisco de, *Elegia para uma Re'lião*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, Cap. III, SIGAUD, Lígia, *Os Clandestinos e os Direitos*, São Paulo, Duas Cidades, 1979.

Inicialmente, apenas um pequeno contingente expropriado da força de trabalho da zona da mata segue a via clássica da acumulação capitalista, dirigindo-se para os centros urbanos, o que beneficiou o nascente parque industrial têxtil de Recife. A maior parte da população rural mantinha-se em níveis baixíssimos de condições de vida. Ao longo de meio século, o nível de salários oscilou entre um mínimo de 400 a 600 réis diários e 800 a 1.000 réis, para os trabalhadores braçais. Em 1898 eram os seguintes os salários em Pernambuco e no Rio de Janeiro, relativos a 12 horas de trabalho, sem refeição, na cultura de cana:

QUADRO X

Salários no Rio de Janeiro e Pernambuco, 1898.

1898	Rio de Janeiro (réis)	Pernambuco (réis)
Operários	2.500 a 3.000	1.200 a 1.400
Cultivadores	2.000 a 2.500	1.100 a 1.300
Mulheres e crianças	1.500 a 2.000	800 a 1.000
Mecânicos	6.000 a 8.000	4.000 a 5.000
Chefes de cultura	5.000 a 6.000	2.000 a 3.000
Contramestres	6.000 a 8.000	4.000 a 6.000

FONTE: Perruci, G., *A República das Usinas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 223.

A partir de 1900 aumenta a corrente migratória em direção ao Recife, em decorrência da introdução das usinas e desorganização da economia da zona da mata, bem como da atração exercida pela cidade, como nova alternativa de trabalho.

8. O Excedente populacional e a migração em massa.

No período que vai de 1872 a 1920, os Estados nordestinos apresentaram altas taxas de migração interna, que se dirigia para a Amazônia, Rio de Janeiro e São Paulo, que por seu turno, aumentavam seu contingente populacional.

QUADRO XI

Migração interna líquida de brasileiros natos. — 1872-1940

Estado	1872/90	1890/1900	1900/1920	1920/1940
Amazonas	37.467	55.939	18.110	-22.636
Pará	56.468	53.385	93.382	-146.141
Ceará	-198.219	-83.098	-76.170	98.386
Pernambuco	-104.306	-1.967	71.935	-55.488
Paraíba	-79.304	-31.490	43.293	51.868
Guanabara	57.469	85.547	55.322	277.356
São Paulo	45.847	70.292	19.933	355.588

FONTE: Villela, A. V. e Suzigan, W., *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, p. 282.

Costuma-se atribuir ao fenômeno da seca a responsabilidade pela migração desses grandes contingentes de mão-de-obra nordestina. Sem negar a importância das alterações climáticas em uma economia marcada por baixos níveis de tecnologia e produtividade, acreditamos que a seca é um fator conjuntural que mais dificulta do que esclarece o entendimento das causas que levaram à criação de um “excedente populacional” ao qual não restava outra solução senão emigrar (66).

Uma pesquisa sobre a história da agricultura no Ceará entre 1850 e 1930 observa que “durante os oitenta anos focalizados, a seca foi a justificativa ideal que as classes dominantes utilizaram para desculpar a estagnação do Ceará. No discurso

(66) Utilizamos o conceito de “excedente populacional” conforme empregado por Francisco de Oliveira. Quando a reprodução da população sobre um incremento e o bloqueio à terra é rígido e dificilmente transponível “a força de trabalho assim incrementada não encontra condições de ser ‘consumida’, ao mesmo tempo em que a fertilidade da população continua a ser reforçada pela produção doméstica de valores de uso; o trânsito para formas artesanais desses valores de uso, que ingressariam na esfera do capital mercantil, é barrado pela competição dos produtos industrializados. O “excedente populacional” que se forma é drenado para fora de suas regiões de produção e alimentará o exército industrial de reserva migratório em todas as direções: campo-campo, campo-cidade, com algumas escalas itinerantes do tipo cidade-campo e campo-cidade”. OLIVEIRA, Francisco, “A produção dos Homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital” in *A Economia da Dependência Imperfeita*, 3.^a ed., Rio de Janeiro, 1980, p. 157-8.

oficial ela surge como a causa do atraso da lavoura, da penúria da população, da emigração. A solução indicada pelas classes dominantes resumia-se à construção de açudes e estradas" (67).

Tomando o caso do Ceará como ponto de referência, o que se verifica é que a seca atuou mais como fator desorganizador de uma estrutura econômica já abalada pela sua própria fragilidade e pela exclusão dos benefícios da política econômica do governo, inteiramente voltada para os setores hegemônicos do sistema. Comparando-se os períodos favoráveis ao comércio externo, aos desfavoráveis, entre 1862 e 1895, verifica-se que apenas o quinquênio 1867-1871 registra uma grande produção de algodão a preços compensadores:

QUADRO XII

Produção de algodão no Ceará, 1862-1895.

Quinquênio	Quilos	Valor Oficial
1862-1866	5.549.915	6.841.446\$025
1867-1871	28.883.116	22.610.999\$420
1880-1886	22.352.077	9.592.781\$620
1891-1895	12.810.032	6.386.939\$210

FONTES: Guabiraba, Célia, *História da Agricultura no Ceará, 1850-1930*. Fortaleza, 1978, p. 49-55.

A queda dos preços, no início da década de 1870, e a tentativa dos produtores de evitar os prejuízos mantendo as quantidades produzidas, levam a uma crise de superprodução e à quebra da maior parte dos produtores. Francisco Sá Júnior chama atenção para o fato de que, no Nordeste, a queda dos preços no mercado externo não costuma ser acompanhada por uma reação correspondente do lado das quantidades físicas exportadas, e que essas quantidades prosseguem crescendo como se ignorassem o que se passa com seus preços (68). Não se dando a substituição de parte das

(67) GUABIRABA, Célia, *História da Agricultura no Ceará, 1850-1930*, Fortaleza, mimeografado, 1978, p. IV.

(68) SÁ JÚNIOR, Francisco, *O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência*, Seleções CEBRAP 1, Brasília, 1975, p. 89.

culturas de exportação pelas de consumo interno, dentro de uma ação orientada pelo lucro, a queda dos preços acaba por implicar na liberação da mão-de-obra empregada. Essa força de trabalho liberada é que vai constituir o "excedente populacional" que emigra para as cidades, ou para outras zonas rurais, em busca de trabalho, ou procura sobreviver por meio de atividades de subsistência.

As grandes secas de 1877-79 e 1888-89 surgiram como fatores aceleradores da crise, acarretando o êxodo não só do trabalhador mas de grande parte dos proprietários rurais em direção ao Amazonas e Pará. Tratava-se, portanto, de uma evasão não só de mão-de-obra mas também de capitais, com o que reforçava-se o circuito de expulsão pelo empobrecimento geral da economia.

A política do governo desempenhou, por outro lado, importante papel nessa questão. Em primeiro lugar, é preciso notar a ausência de qualquer incentivo ou proteção à produção algodoeira, uma vez que o governo central preocupava-se apenas com os setores hegemônicos (açúcar e café) do sistema. Pode-se indagar, por exemplo, por que, nesse momento, em que se iniciava a produção industrial têxtil, não houve incentivos à produção algodoeira do Nordeste para esses mercados. Em segundo lugar, a ação governamental em relação à seca, tanto a nível do poder central como estadual, atuou no sentido de reforçar a migração. Na seca de 1877, iniciava-se a emigração oficializada para o Amazonas e Pará com passagens pagas aos retirantes e diárias pela demora que tivessem no caminho. Entre 1872 e 1890 emigraram mais de 350.000 pessoas maiores de dez anos, cabendo ao Ceará a maior taxa de migração (69). Essa migração era indiretamente forçada pela recusa do governo local em enviar recursos para atender as populações do interior, forçando-as a procurarem o litoral e as capitais, criando desse modo grandes aglomerações necessitadas de socorros, pela falta de alimentos e pelas epidemias que resultavam das más condições sanitárias.

No momento em que o Estado intervém a nível do processo produtivo, dando condições de trabalho à massa destituída, a migração negativa cessa e inclusive verifica-se uma volta do migrante ao local de origem. Foi o que ocorreu no período de 1920-1940 com os incentivos dados pelo governo federal à produção algodoeira. Nessas duas décadas o Ceará se transformou

(69) VILLELA E SUZIGAN, op. cit., p. 278-9.

no principal produtor brasileiro da fibra, e principal produtor de milho do Nordeste, plantando-o como cultura associada ao algodão. Como se pode verificar no Quadro XI esse período registrou uma taxa líquida positiva de migração de 98.386 indivíduos no Ceará. Aliás um dos maiores desequilíbrios causados pela expulsão do excedente populacional era a queda da produção de alimentos, quase toda de responsabilidade do pequeno produtor. A necessidade de importar alimentos drenava as divisas do Estado, desequilibrando o balanço de pagamentos e prejudicando grandemente o comércio local, agravando desse modo as condições de crise.

Por fim, é preciso destacar nessa problemática as implicações políticas e os interesses de poder envolvidos. O uso da seca para fins eleitorais e de manipulação do trabalhador foi uma constante na história do Ceará. Já na seca de 1824-1825, quando a província se achava envolvida no movimento da Confederação do Equador, a seca serviu de instrumento para a acomodação do conflito político: "As autoridades públicas não se sensibilizaram com o drama das populações famintas, das propriedades arruinadas e saqueadas e das vítimas da peste. Sua preocupação consistia em aquietar, com mão de ferro, a Província" (70). Descoberto o poder político dos desequilíbrios climáticos, a seca passa a ser usada como instrumento de carreação de recursos públicos e fator de barganha e corrupção, utilizado para submeter as oposições locais e orientar a ação conjunta das elites parlamentares, afetando todo o sistema político e aumentando a dependência do Nordeste ao governo central.

O exame dessas questões é de fundamental importância para a compreensão das condições políticas e sociais da classe trabalhadora no Nordeste. As contradições entre uma economia permanentemente em crise, incapaz de absorver a reserva de força de trabalho existente, e os interesses de poder das oligarquias regionais cuja base se alicerçava na manipulação das camadas pobres e destituídas da população, eclodem na Primeira República, favorecidas pela "política dos governadores".

Apesar da resistência dos grandes proprietários à perda dos contingentes de população local, o resultado foi a "liberação" crescente do excedente populacional, que viria a se

(70) PAIVA, M. Arair Pinto, *A Elite Política do Ceará Provincial*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1979, p. 42-43.

constituir no principal suprimento de mão-de-obra industrial em São Paulo, após 1930. Aos "homens livres" do Nordeste, expulsos da própria região, não restara melhor alternativa, no momento em que finda a escravidão, que a de emigrar em busca de trabalho e, quem sabe, de uma vida menos dura, em outras partes do país.